

Juventude e Sociologia no Ensino Médio: origens sociais, representações estudantis e possibilidades de ensino

Cristiane A. Fernandes da Silva¹

Marili Peres Junqueira²

Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva³

Resumo

Este artigo trata das origens sociais e das representações mobilizadas pela juventude estudantil do Ensino Médio da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. O problema da pesquisa consiste em investigar quem são esses jovens e de que forma conhecê-los pode favorecer o ensino de Sociologia. Os fundamentos teóricos apresentados estão edificados em autores da Sociologia da Educação, da Sociologia da Juventude e da Teoria das Representações Sociais, já que estas contêm a tríade, Sociologia-jovem-educação, que figura como linhas mestras das reflexões levantadas. A pesquisa empírica está alicerçada em teor quantitativo, com a aplicação de questionários e formação de um banco de dados contendo as principais características desses discentes. Com base nesse quadro empírico, reconstrói-se o perfil geral dos estudantes: 15 a 18 anos de idade, maioria mulheres, pardas, evangélicas e com renda familiar até dois salários mínimos, cujos ascendentes também lhes conferem pertencimentos sociais. Adicionalmente, são avaliadas as representações estudantis acerca da escola, bem como suas dificuldades emocionais. Essas variáveis permitem a compreensão das origens sociais, econômicas e culturais dos jovens estudantes, com uso sugestivo para servir de parâmetro às aulas, notadamente as de Sociologia que integra em seu conteúdo programático os temas sociais ora analisados.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Sociologia da Juventude. Perfil dos Estudantes. Origem Social. Pesquisa quantitativa.

Youth and Sociology in High School: social origins, students' representations and teaching possibilities

Abstract

The social origins and representations mobilized by High School student youth in the city of Uberlândia, Minas Gerais, are the subjects of this article. The research's problem consists in investigate who these young students are and how this knowledge can favor the Sociology teaching. The theoretical foundations are built on authors from the Sociology of Education, Sociology of Youth and the Social Representations Theory, since they contain the triad, Sociology-young-education, the main reflections raised here. The empirical research is based on survey, with the application of questionnaires and the formation of a database containing the main characteristics of these students. From that empirical framework, the general profile of the students is reconstructed: 15 to 18 years old, mostly women, dark-skinned (parda), evangelicals and with family income of up to two minimum wages, whose ascendants also confer them social belongings. In addition, the students' representations about the school as well as their emotional difficulties are assessed. These variables allow the

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (Incis/UFU). E-mail: cristafs@alumni.usp.br.

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Araraquara/SP (Unesp). Docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (Incis/UFU). E-mail: marili.junqueira@gmail.com.

3 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCS/Incis/UFU). E-mail: gustavograma97@gmail.com.

understanding of the social, economic and cultural origins of young students, with suggestive use to serve as a parameter for classes, notably in the Sociology ones, which integrates in its programmatic content the social themes analyzed here.

Keywords: Sociology Teaching. Sociology of Youth. Students Profile. Social Origin. Survey.

Introdução

Investigar o Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica requer compreender as configurações e representações sociais dos integrantes do espaço escolar, entre os quais se destacam os discentes, sujeitos diretos a quem se dirige o ensino. Por conseguinte, é essencial a compreensão aprofundada acerca da juventude estudantil, notadamente entender o lugar de fala desses estudantes, inclusive por meio de suas origens familiares que lhes portam sentidos sociais.

Considerando a primazia desses sujeitos de ensino, é fundamental que as investigações dessa área realizem análises no campo da Sociologia da Juventude abordando, simultaneamente, as distintas condições econômicas nas quais os estudantes estão inseridos, como trabalho e renda familiar, mas também seus diferentes pertencimentos socioculturais, como o religioso, o étnico e a escolaridade dos pais.

Todas essas variáveis constitutivas do jovem estudante compõem, de forma seminal, o rol de conteúdos programáticos do ensino de Sociologia, disciplina que deve analisar a sociedade diante de alunos cuja existência e origens sejam concretamente conhecidas pelo mestre. Para tanto, este precisa estabelecer com seus alunos relações de alteridade por meio dos assuntos estudados, despertando-lhes para o pensamento crítico e humanitário, a exemplo da desigualdade social que quando vista pela perspectiva da criticidade figura não apenas como um tema, mas uma realidade concreta a ser compreendida, sentida e, fundamentalmente, superada.

Os estudantes do Ensino Médio investigados, majoritariamente pertencem à categoria “regular”⁴ de ensino e, conseqüentemente, caracterizados na condição de “jovens”. A compreensão sociológica sobre a categoria juvenil implica a construção de um “objeto” geográfico-social específico, passando por delimitações teóricas que incorporam as particularidades e complexidades envolvidas no conceito de “juventude”.

Para organizar o encadeamento das ideias presentes no texto, este está estruturado em três partes: a primeira detém cunho teórico e trata do Ensino de Sociologia, da Sociologia da Juventude e do conceito de representações sociais, sobressaindo as reflexões de Bourdieu, Carvalho e Handfas, Ferreira e Oliveira, Lima Filho e Gonçalves, Mendonça e, em especial, Pais e Moscovici. A segunda parte discorre sobre os procedimentos e métodos empregados no trabalho de campo para coleta de dados. E a última apresenta e analisa os resultados empíricos levantados em seus aspectos quantitativos, que primam pela recorrência das respostas presentes nos questionários, porém sempre permeadas por sentidos e percepções substanciais e simbólicas dos jovens estudantes que respaldam suas condições sociais.

Ensino de Sociologia e categoria juventude: construções teóricas

O “Ensino de Sociologia”⁵ enquanto área de investigação científica vem experimentando, desde o final da década de 2000, avanços significativos em sua representatividade em congressos científicos, trabalhos publicados em periódicos, dissertações e teses defendidas junto à programas de pós-graduação e consolidação de grupos de pesquisa (OLIVEIRA, 2015). Alia-se a essa trajetória de desenvolvimento, uma série de processos históricos de institucionalização da obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica brasileira, especialmente a partir da aprovação da Lei Federal n. 11.648/08⁶, da inclusão da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)

4 A maioria dos dados recolhidos nas escolas analisadas são compostos por discentes com faixas etárias entre 15 e 18 anos, apesar de a pesquisa também incorporar algumas respostas de estudantes componentes das turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujas idades superam os 18 anos.

5 Na disciplina Sociologia ministram-se conteúdos das três áreas das Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Contudo, optou-se aqui pela nomenclatura oficial da disciplina escolar, Sociologia, embora em alguns momentos sejam empregados o termo “ensino de Ciências Sociais”.

6 A Lei Federal n. 11.648 de 2008 estabelece a obrigatoriedade da disciplina escolar de Sociologia no Ensino Médio em todas

e das Orientações Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) para a referida disciplina escolar.

Devida à relativa estabilidade do objeto de estudo da Sociologia, garantido pelas regulações jurídicas de obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio e pelo recente fortalecimento dos cursos de licenciatura (MENDONÇA, 2017, p. 67), fomentam-se profundos debates de ordem sociológica, política e pedagógica no subcampo do Ensino de Sociologia. Este é categorizado enquanto subcampo científico a partir da perspectiva de Ferreira e Oliveira (2015) e Carvalho e Handfas (2019), ao indicarem a baixa autonomia da área, a intermitência institucional de seu objeto de investigação e a posição limiar que ocupa na hierarquia dos saberes científicos. Por esses fatores o Ensino de Sociologia não se enquadra na categoria bourdieusiana de “campo”, que o denomina enquanto um espaço social relativamente autônomo, com capacidades de “refratar” influências de domínios externos, hierarquizar seus métodos, temas, objetos e modelos linguísticos e produzir um nível mais ou menos autosuficiente de “capital simbólico” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Em geral, os temas abordados sobre o Ensino de Sociologia voltam-se para análises dos processos históricos de institucionalização da disciplina, relatos de práticas pedagógicas, livros didáticos, diagnósticos sobre a disciplina Sociologia e a cidadania, formação de professores e elaboração curricular (CARVALHO; HANDFAS, 2019, p. 217-218). Contudo, apesar da relativa expansão do subcampo do Ensino de Sociologia nos últimos anos, alguns de seus temas permanecem secundários nas discussões. Lima Filho e Gonçalves (2016, p. 115) apontam que em decorrência de as pesquisas focalizarem a escola enquanto instituição, as práticas e as condições de trabalho docentes, frequentemente relegam uma análise sociológica dirigida ao sujeito social que, de certa forma, mobiliza a escola: a juventude discente que participa da vida escolar – tema sobre o qual este artigo se debruçará.

Com vistas a compreender as dinâmicas e práticas sociais que regulam o Ensino de Sociologia na Educação Básica, parte-se do pressuposto de que é necessário examinar não só os processos históricos de institucionalização dessa disciplina, as práticas didáticas dos docentes, sua formação e condições de tra-

balho e as políticas públicas que influenciam o campo educacional – já vastamente avaliados pela literatura –, mas também examinar a juventude estudantil, que dialoga, diretamente, com os conteúdos sociológicos e interagem nos espaços escolares, com os docentes e demais servidores das instituições educacionais. Donde a relevância de se tecer considerações teórico-sociológicas a respeito dos jovens enquanto tema de estudo.

Pais (1990, p. 139), um clássico da Sociologia da Juventude, considera imperativa a descontinuação de uma realidade sociologicamente construída em relação às *doxas* dominantes frente às noções da juventude. Para além das representações midiáticas e público-administrativas em voga sobre uma aparente constituição homogênea e desviante da juventude, o problema colocado, do ponto de vista sociológico, consiste na tarefa de desmistificar e interpretar as condições de construção ideológica da juventude por parte de inúmeros agentes sociais. Assim, busca-se aqui a substituição de *uma* representação social da juventude por sua construção sociológica plural (PAIS, 1990, p. 146).

Por correlacionar as várias configurações da “juventude” com fatores sociais distintos, a Sociologia age sobre tal objeto a partir de exercícios de desnaturalização e problematização da realidade. Desse modo, concebe-se juventude, axiomáticamente, como construção social, fruto de inúmeras variáveis culturais, podendo assumir, enquanto fenômeno e categoria social, períodos de duração, formas de socialização e valores de acordo com a sociedade a que pertence. Mais que um fenômeno biológico de maturação hormonal, sexual e psico-corporal, a juventude deve ser compreendida em termos amplamente culturais, como já apontava Mead (1935).

A juventude é estabelecida enquanto fase de vida específica apenas em meados do século XIX, à medida que problemas sociais a ela relacionados tornam-se objeto de preocupação institucional. *Pari passu* à identificação do problema da “delinquência” e da “marginalidade” entre jovens nas sociedades industriais, surgem uma série de medidas estatais de controle sobre essa categoria social, geralmente ligadas à ampliação do tempo de escolaridade obrigatória, regulação do trabalho infantil, surgimento de casas de correção juvenil e do próprio aumento dos

níveis de dependência desses sujeitos diante da instituição familiar (PAIS, 1990, p. 148).

Na perspectiva de Pais (1990, p. 148), os sentidos atribuídos à juventude resultaram de processos sociais desenvolvidos em contextos temporais: “a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes ‘problemas sociais’ daí derivados – dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase de vida”.

Pais aborda a juventude sob um eixo semântico duplo, em que deve ser apreendida, concomitantemente, como unidade, em decorrência de suas propriedades de “fase da vida”, que reúne por meio da faixa etária um conjunto de indivíduos, e também como diversidade, à medida que a juventude se divide em uma série de variáveis de ordem social e cultural.

Esse exercício conceitual proposto pelo autor visa superar algumas dicotomias teóricas presentes no campo da Sociologia da Juventude, dividida em duas correntes teórico-metodológicas distintas: uma de ordem geracional e outra de caráter classista. A corrente geracional observa o fenômeno enquanto movimento unitário e preocupa-se com os processos de continuidade e descontinuidade cultural intergeracionais. Já a corrente classista tende a observar a juventude enquanto reflexo das diferentes particularidades das classes sociais de determinada sociedade e opõe-se à noção da juventude enquanto fenômeno unitário ou fase de vida, considerando-a uma construção derivada de variáveis sociais, políticas e econômicas. Assim, a cultura juvenil também é cultura de classe, uma vez que se observa nas práticas dos jovens resistências inexoráveis às suas condições sociais e diferenças culturais (PAIS, 1990, p. 151-160).

Enquanto a corrente geracional sobrevaloriza a força causal do conceito de “faixa etária” sobre a constituição de juventude, ignorando as demais variáveis sociais e categorizando-a enquanto unidade homogênea, a perspectiva classista tende a relegar as manifestações juvenis não enquadradas como “resistências de classe”, bem como fenômenos de compartilhamento de valores entre jovens de distintas classes sociais e determinantes sociais como a mobilidade social, a religião ou as interações coletivas em nível local (PAIS, 1990, p. 156).

A partir desse balanço teórico, Pais (1990, p. 163) propõe seu sistema de análise sociológica da juventude, tomando-a na condição de “culturas juvenis”, compostas por jovens de distintas posições sócio-culturais, sendo, portanto, praticadas e subjetivadas de acordo com os heterogêneos contextos e trajetórias sociais nas quais a juventude está inserida na sociedade.

Pais (1990, p. 164) classifica ainda a identidade da juventude “como um conjunto de significados compartilhados” [...] símbolos específicos [de] pertença a um determinado grupo”, que recorre à uma linguagem, a usos, rituais e eventos particulares que conferem sentido as suas vidas.

Dessa forma, o autor adverte que cabe à apreensão sociológica da juventude verificar se os jovens de determinada origem social compartilham os mesmos significados, e, em caso positivo, constatar se o processo ocorre de modo homogêneo. Por fim, buscar os sentidos e as razões pelos quais se relacionam, as maneiras como o fazem, com os diferentes significados envolvidos na análise (PAIS, 1990, p. 164).

Muitas produções seguem a mesma vertente teórica de Pais tomando a categoria social juvenil enquanto juventudes no plural, dadas suas diversidade e possibilidades. Dayrell e Carrano (2014, p. 111) identificam as múltiplas leituras teóricas e as expectativas com relação aos jovens: “A juventude é [...] uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida”.

Atrelada à noção de juventude está a de representações sociais, cuja concepção é emprestada aqui de Moscovici (1976 *apud* CASTRO, 2002, p. 952), ao defini-la como: um “conjunto de proposições, ações e avaliações emitidas pela opinião pública, que estão organizadas de formas diversas, segundo as classes, as culturas ou os grupos, e constituem outros tantos universos de opiniões”. Assim, o autor elabora uma categoria explicativa de ordem sócio-subjetiva para investigar de que maneira os distintos indivíduos e grupos sociais produzem, expressam e mobilizam certas imagens sobre os objetos da realidade, e como tais representações orientam e posicionam suas ações no interior do campo social.

Moscovici toma as representações sociais

como mecanismos de socialização e de criação de laços entre sujeitos, construindo relações de pertencimento e alicerçando as identidades dos grupos sociais (*apud* OLIVEIRA, 2004, p. 181). Esse processo de produção identitária ocorre quando um conjunto de indivíduos compartilha determinada representação sobre a realidade, cuja imagem ideológica orientadora específica garante uma forma de diferenciação desse grupo frente ao todo social.

Nas sociedades modernas há duas realidades distintas do pensamento: o universo reificado, regido pelas lógicas da Ciência que se utilizam de instrumentos de acesso aprofundado da realidade, e o universo consensual, pautado pelo senso comum e suas representações (MOSCOVICI *apud* CASTRO, 2002, p. 960). A Teoria das Representações Sociais encontra seu objeto de estudo a partir da interação e das formas de apropriação desses dois tipos de pensamentos. Considerando a estrutura das sociedades modernas, marcada pela pluralidade identitária, a multiplicidade de grupos e a ampla circulação de informações, as representações sociais encontram um contexto profícuo para desenvolverem-se.

Feita essa incursão teórica sobre as noções de juventude e representações sociais, retoma-se o objeto deste estudo: a relação entre a disciplina Sociologia e os jovens estudantes do Ensino Médio e em consonância com os aportes teóricos apresentados aqui. Objetiva-se apreender os distintos modos interativos reguladores desse nexo, juventude-Sociologia, visando futuras aproximações, distanciamentos, reproduções e modificações dos conteúdos programáticos e sociológicos a partir dos perfis e origens sociais dos jovens estudantes.

Em decorrência da intermitente presença da Sociologia na história da Educação Básica brasileira, da falta de autonomia e identidade do subcampo científico analítico desse fenômeno e da subvalorização dessas investigações diante das “ciências duras”, faz-se necessário um diálogo direto com os sujeitos jovens que estão em contato cotidiano com os modos concretos de ensino e aprendizagem dessa disciplina escolar. A partir da análise das origens sociais, práti-

cas culturais dos jovens estudantes e de suas representações sobre o ensino, a Sociologia poderá compreender e incorporar as necessidades e demandas das juventudes inseridas no Ensino Médio brasileiro. Apostando nessa perspectiva, detém-se, a seguir, sobre as condições sociais e culturais empíricas dos estudantes.

Pesquisa empírica e procedimentos metodológicos

O instrumento de recolhimento de dados empíricos para esta análise dispõe de teor quantitativo, derivado da aplicação de 806 questionários, compostos por 31 perguntas fechadas relativas à diferentes variáveis subsidiárias da origem social dos estudantes⁷, em nove escolas estaduais de Ensino Médio da cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

A elaboração do questionário foi fruto do trabalho de docentes do Instituto de Ciências Sociais (Incis) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mais especificamente de um projeto de pesquisa coletivo⁸, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). A aplicação e sistematização dos questionários foram desenvolvidas durante o ano de 2018, tanto pelos docentes-pesquisadores, quanto por discentes bolsistas do curso de Ciências Sociais da UFU e da Ciência da Computação. Sua base de dados resultou de respostas dos questionários aplicados em uma sala de primeiro ano e em outra do terceiro ano do Ensino Médio de cada uma das nove escolas e em diferentes turnos (matutino, vespertino⁹ e noturno), posteriormente, as variáveis foram tabuladas e cruzadas por meio dos *softwares IBM SPSS e Microsoft Office Excel*. Os estudantes aceitaram participar voluntariamente da investigação a partir do nosso convite em sala de aula.

Cerca de 30% das escolas públicas de ensino regular de Uberlândia estão representadas na sessão quantitativa deste estudo. A amostra tem caráter não-probabilístico e por quota (OLIVEIRA, 2001, p. 3), visto que foram colhidos dados de um determinado número de sujeitos de cada uma das subcategorias

7 O presente artigo conta com a seleção temática de algumas questões contidas no questionário da pesquisa quantitativa.

8 O projeto em questão denomina-se “Jovens em Trânsito: novos desafios para o ensino de Sociologia” sob coordenação da Profa. Dra. Cristiane Fernandes, tendo como equipe: Profa. Dra. Marili Peres Junqueira, Mestrando Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva, Profa. Dra. Claudia Wolff Swatowski e Prof. Dr. Luciano Senna Peres Barbosa.

9 Apenas em uma das escolas de Ensino Médio de Uberlândia foi aplicado o questionário no turno vespertino, pois, a sua grande maioria funciona apenas com os turnos matutino e noturno.

selecionadas, a saber ano escolar, turno e região da cidade.

O emprego de uma metodologia quantitativa neste estudo justifica-se pela necessidade de construção de um perfil geral dos discentes analisados. Em virtude desse perfil derivar de variáveis como renda familiar, escolaridade dos pais, situação de moradia e objetivos ao estudar, e, portanto, possuir caráter não observável diretamente, recorreu-se ao levantamento estatístico dessas informações. Ademais, os instrumentos quantitativos, além de permitir a verificação dos tipos de relações entre as variáveis estudadas, facultam o dimensionamento de sua intensidade e a gradação das causas ou condições para o referido fenômeno (RAMOS, 2013, p. 61). Assim, o modo de construção do questionário e de suas categorias também permitiu captar as nuances dos valores, imagens e noções construídas por esses estudantes diante da instituição escolar, corroborando com a utilização do conceito de representações sociais conforme a acepção moscoviciana.

Com vistas a manter foco nos principais aspectos que delineiam o pertencimento social dos jovens estudantes, selecionaram-se aqui as variáveis: idade, sexo, etnia, religião, moradia, trabalho, renda, escolaridade e religião dos pais, representações dos jovens estudantes sobre a escola e seus problemas de saúde psicológica no ambiente escolar. Os índices de tais variáveis são trazidos tanto sob a perspectiva univariada com variáveis simples quanto de cruzamento entre duas variáveis para refinar a análise e compreender os estudantes a partir de subcategorias estratificadas indicativas de seus perfis e de aspectos de suas identidades.

Ancoragens dos perfis dos estudantes sob o crivo de variáveis sociais

Identidades bioculturais: idade, sexo e etnia

A amostra quantitativa recolhida nas escolas públicas de Ensino Médio de Uberlândia, em 2018, está composta por 49% de estudantes do primeiro ano e 51% do terceiro ano. Dentre os quais, 55,7% frequentavam a escola durante o período matutino, 40,6% o noturno e 3,7% o vespertino, portanto as parcelas mais significativas concentram-se nos dois primeiros turnos. No momento da coleta de campo,

as idades desses estudantes revelaram maiores incidências entre 15 e 19 anos, sendo: 18,9% com 15 anos, 16,5% com 16 anos, 40% com 17 anos, 18% com 18 anos e apenas 3,8% com 19 anos.

Os estudantes são representados sobretudo por mulheres, 52,9%, enquanto os homens constituem 46,5% do grupo, 0,5% assinalou outro e 0,1% não respondeu. Esse hiato na distribuição de gênero entre os estudantes no Ensino Médio da cidade analisada segue um padrão geral observado nos distintos níveis da esfera educacional brasileira (IBGE, 2014). Segundo Assumpção (2014, p. 12), o predomínio das mulheres matriculadas nos diversos níveis educacionais no Brasil pode dever-se tanto à entrada prematura de homens no mercado de trabalho, que dificulta a conciliação entre estudo e trabalho, quanto à situação de vulnerabilidade enfrentada principalmente por homens jovens negros, que apresentam riscos mais altos, quando comparados às mulheres, de serem assassinados antes de completarem 19 anos de idade. Aliado a estas condições, pode-se destacar também o processo de transformação dos padrões culturais de gênero que têm reduzido as tradicionais barreiras para a entrada das mulheres nos sistemas de ensino e as taxas de fecundidade, elevando, assim, os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas na sociedade brasileira (ABRAMO, 2007).

A caracterização étnica dos jovens estudantes foi recolhida a partir de sua auto identificação, resultando nos seguintes dados: 45,4% identificaram-se com o perfil de pardos, 29,5% brancos, 16,7% negros, 2,7% indígenas, 1% assinalou “outras” e 0,5% asiático. Um ponto central notado durante a aplicação desses questionários quantitativos foi a dificuldade e a apresentação de constantes dúvidas, por parte dos estudantes, acerca de qual categoria étnica enquadravam-se, haja vista que 3,6% responderam “não sei”. Os pesquisadores estavam no mesmo recinto que os estudantes para auxiliá-los caso ocorresse alguma dúvida com relação ao preenchimento do questionário, porém com a clara diretiva de não os orientar na escolha ou causar qualquer outra interferência nas respostas. De modo que a auto identificação étnica apareceu como a questão que mais impingiu hesitação nas respostas dos discentes.

Esse processo pode ser entendido a partir de Niemeyer (2002) que, ao estudar um fenômeno similar de distanciamento de estudantes negros com a

auto identificação étnica dessa categoria, salienta que, frente a diversos mecanismos sociais e ideológicos de “animalização” e “objetificação” das populações negras, uma das reações recorrentes dos discentes é a sua rejeição enquanto sujeitos históricos dessa categoria étnica, visando o distanciamento de sua caracterização e condição.

Pertencimentos familiares nas esferas sociais e econômicas: moradia, trabalho, renda, escolaridade e religiosidade dos responsáveis

Por se tratarem de jovens, interessa saber sobre sua companhia na moradia para entender o conceito de alongamento juvenil e dependência do núcleo familiar: 81,9% dos estudantes moram com os pais, 5,6% registraram a opção “outra”, 5,5% residem com os avós, 3,1% dividem a moradia com o companheiro ou companheira e 1,7% mora sozinho. Sobre a propriedade de suas residências: 61,5% configuram-se como próprias, 29,5% alugadas, 4,1% financiadas e 2,2% cedidas ou emprestadas. Desta forma, revela-se um padrão com certa estabilidade de moradia e casa própria, dado não esperado por esta pesquisa tendo em vista a baixa renda familiar dos pesquisados, somada ao fato de serem estudantes de escolas públicas. Todavia, vale ressaltar que muitas dessas casas próprias resultam do Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente nos bairros mais periféricos da cidade.

No tocante à renda familiar, as faixas estabelecidas no questionário formavam-se a partir do número de salários mínimos que compunham a receita familiar, variando de menos de um salário mínimo¹⁰ (primeira categoria) até receitas a partir de quatro salários mínimos (última categoria). Constatou-se que, entre os estudantes analisados: 29% possuíam renda familiar entre um e dois salários mínimos, a maior taxa entre as faixas salariais; seguidos por 14,3% com rendimentos entre dois e três salários mínimos; 12,9% com renda familiar inferior à um salário mínimo, 11,7% com receita familiar de quatro ou mais salários mínimos e 6,9% entre três e quatro salários mínimos. Portanto, mais da metade, 56,2%, recebem até três salários mínimos contra apenas 11,7% com quatro ou mais salários mínimos – índice este próximo à faixa de renda inserida na linha da extrema

pobreza com menos de um salário mínimo, 12,9%; revelando, assim, grandes contrastes de desigualdade social. Para além desses números, 22,6% não souberam responder e 2,6% deixaram a questão em branco. Percebe-se que uma parcela significativa não sabia em qual relação econômica se encontrava, o que se deve, em grande medida, pelo alheamento daqueles que não trabalham diante das finanças da família, pois, majoritariamente, aqueles que trabalham souberam responder sobre sua renda familiar.

Ao se observar a relação desses estudantes com o mundo do trabalho, 61,7% indicaram não trabalhar, enquanto 38% estavam inseridos na condição de labor, índice de trabalhadores alto por se tratar de estudantes do Ensino Médio. Entre os que trabalhavam, 25,2% estavam em situação formal, 18,5% exerciam funções informais e estrondosos 56,5% não souberam responder. Percebe-se uma relação aproximadamente paritária entre a formalidade e a informalidade, quadro muito preocupante uma vez que os direitos trabalhistas são abstraídos da situação de informalidade. Ainda tomando como orientação os discentes-trabalhadores, 37,3% contribuíam com o orçamento da família, sugerindo, portanto, a necessidade familiar do trabalho do estudante. Já 52,2% dos estudantes introduzidos no mundo do trabalho não contribuíam com o orçamento familiar, indicando sua prática como forma de cobrir suas próprias despesas pessoais não supridas pela renda familiar. Ainda 6,9% não souberam responder e 3,5% deixaram a questão sem resposta.

Verifica-se uma consequência contemporânea da “subsunção do trabalho” tratada por Marx (1978, p. 56-57), que consistia, essencialmente, na dependência econômica efetiva da classe trabalhadora em relação ao capital alheio, obrigando-lhe a vender sua força de trabalho, o único pressuposto possível para a reprodução de sua vida. O atual mercado de trabalho brasileiro, cujos postos são marcados pela precarização e flexibilização, não garante as condições básicas de reprodução da vida social (ALVES, 2011). Portanto, como pontua Antunes (1995), a “classe-que-vive-do-trabalho” tende a recorrer à inserção da mão-de-obra familiar no mercado, preferencialmente a masculina; realidade constatada pelos dados da presente pesquisa entre os estudantes que trabalham para complementar a renda de suas famí-

¹⁰ Durante a coleta de dados quantitativos, em 2018, o valor do salário mínimo era de R\$ 954,00.

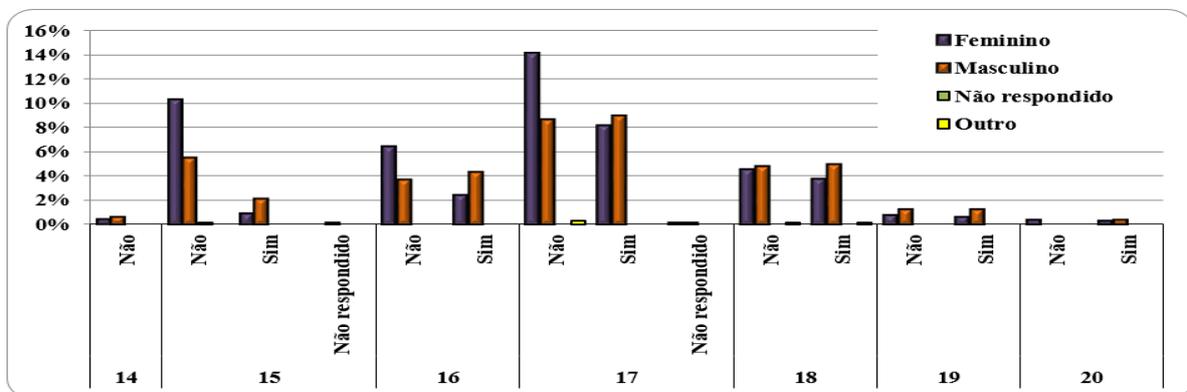
lias.

Conforme os resultados empíricos desta investigação, há uma tendência na ampliação da porcentagem de estudantes-trabalhadores principalmente entre os 16 e 18 anos de idade, processo observado em ambos os sexos, ainda que em graus distintos. Entre as mulheres que trabalhavam: 0,9% contavam com 15 anos de idade, 2,4% com 16 anos, 8,1% com 17 anos e 3,8% com 18 anos. No caso dos homens: 2,1% com 15 anos trabalhavam, 4,3% com 16 anos, 8,9% com 17 anos e 4,9% com 18 anos. Tais índices, também demonstrados no gráfico abaixo, revelam claramente que entre os que trabalham, e que, portanto, responderam “sim” à questão, são os homens que entram mais precocemente no mercado de trabalho quando comparados às mulheres, pois as distâncias percentuais entre ambos são bem acentuadas nos cortes etários mais jovens, de 15 e 16 anos de idade (1,2% e 1,9% a mais para os homens, respectivamente), já aos 17 anos os índices dos indivíduos de ambos os sexos se aproximam (0,8% a mais para os homens) e aos 18 anos as mulheres voltam a se afastar dos percentuais masculinos (1,1% a mais para os homens). Entre os estudantes que não trabalham ou ainda que responderam “não”, os homens continuam em situação desfavorável diante das mulheres, pelo menos no mercado de trabalho fora do seu âmbito doméstico, pois assumem percentuais com valores sempre inferiores até os 17 anos de idade.

A variável escolaridade dos pais a priori coloca-se como um indicador social para se entender a necessidade precoce desses jovens terem de trabalhar. Para isso, levou-se em consideração, separadamente, a educação formal obtida tanto pelo pai quanto pela mãe nos diversos graus do sistema de ensino. Observando-se a escolaridade dos pais dos estudantes: 29,5% possuíam o Ensino Médio completo, 19,2% o Ensino Médio incompleto, 16,5% o Ensino Fundamental incompleto, 8,1% concluíram o Ensino Superior, 5,2% finalizaram o Ensino Fundamental, 3% não concluíram o Ensino Superior e outros 2,7% findaram a Pós-Graduação. Para além desses números, 10,5% não souberam responder à questão e 5,1% preferiram não o fazer. No caso da escolaridade das mães dos estudantes: 34,4% possuíam o Ensino Médio completo, 19,2% o Ensino Médio incompleto, 12,7% não concluíram o Ensino Fundamental, 6,8% finalizaram o Ensino Superior, 5,6% terminaram o Ensino Fundamental, também 3,6% delas contavam com Pós-Graduação completa e 2,9% não concluíram o Ensino Superior. Ainda nesta questão, 8,3% não souberam responder e 6,3% não responderam.

Esses índices sobre as escolaridades dos pais demonstram valores distintos entre as mães e os pais, a exemplo das categorias entre os concluintes de Ensino Médio (34,4% para as mulheres e 29,5% para os homens) ou de Pós-Graduação (3,6% para as mulheres e 2,7% para os homens), ou seja, as mulheres dis-

Gráfico da divisão por idade, sexo e situação de trabalho dos estudantes em 2018



Fonte: Banco de dados da pesquisa “Jovens em Trânsito: novos desafios para o ensino de Sociologia” - 2018.

Elaboração: Os autores.

põem de maior qualificação formal. Esses dados locais são análogos aos nacionais, onde a formação das mulheres também é ligeiramente superior à dos homens, no Censo Demográfico de 2010 o número de mulheres com Ensino Médio completo representava 25% e o Ensino Superior 12,5%, enquanto os homens eram 24,1% para o Ensino Médio e 9,9% para o Ensino Superior (IBGE, 2014, p. 106). Todavia, ao tomar as médias a partir da junção dos índices escolares de mães e pais e desconsiderar os percentuais da Pós-Graduação, dos que não sabiam responder e das respostas em branco, portanto, somando em 100% as variáveis do Ensino Fundamental incompleto até o Ensino Superior Completo (para aproximar os nossos dados dos padrões contidos no IBGE), e compará-los às estatísticas nacionais, a amostra estudada revela dados peculiares: a categoria escolar intermediária, do Ensino Médio completo, mostra-se 12,3 pontos percentuais acima da média nacional (39,2% contra 26,9% no Brasil) e do Ensino Médio incompleto 19,1 pontos percentuais a mais (23,6% contra 4,5%); mas as duas faixas extremas estão abaixo do parâmetro nacional, sendo 15,2 pontos percentuais no Ensino Fundamental incompleto (17,9% contra 33,1%) e 7,4 pontos percentuais no Ensino Superior completo (9,1% contra 16,5%) (IBGE, 2019, p. 3). Assim, embora as taxas até o Ensino Médio demonstrem maior escolaridade da amostra estudada, os números relativos ao Ensino Superior estão defasados; podendo-se inferir que essa baixa qualificação dos pais pode ser uma das razões para seus filhos entrarem precocemente no mercado de trabalho.

Muito embora a religião seja, em sua essência, um fator de ordem cultural, também consiste em um indicador econômico. Segundo o IBGE (2012): “Os espíritas apresentam os mais elevados indicadores de educação e de rendimentos [...] [E] Mais de 60% dos evangélicos pentecostais recebem até 1 salário mínimo”, havendo, assim, relação intrínseca entre formação, religião e classe social. Nesse sentido, a concepção de Pais (1990) sobre tomar a categoria juvenil não apenas em sua dimensão de classe econômica, mas incluir suas características culturais, mostra-se aqui bastante salutar.

A afiliação religiosa dos estudantes está agrupada por evangélicos em primeiro lugar com 35,7%, seguidos por 33% de católicos e 21,3% de estudantes “sem religião”. Para além dessas respostas com maior

representatividade, a religião espírita contemplou apenas 2,6% dos estudantes, 2,5% distribuíam-se em outras religiões, o candomblé e a umbanda com 1,1% da amostra e apenas 0,6% considerou-se ateu. Essa distribuição entre evangélicos e católicos apresenta diferenças em relação aos quantitativos nacionais, onde os católicos continuam sendo a maioria da população brasileira. Contudo, os dados locais divulgados nesta pesquisa confirmam um movimento ascendente da comunidade evangélica já observado no campo religioso em nível nacional a partir das décadas de virada do século. Conforme Novaes (2004, p. 321):

As três principais mudanças que caracterizam o campo religioso brasileiro hoje são [...]: a diminuição percentual de católicos (de 83,76% em 1991 para 73,77% em 2000), o crescimento dos evangélicos (de 9,05% em 1991 para 15,45% em 2000) e o aumento dos “sem religião” (de 4,8% em 1991 para 7,4% em 2000).

No último Censo, a tendência acima, de ascensão de evangélicos e de indivíduos “sem religião” e de decréscimo de católicos, continuou no país: 64,6% de católicos, 22,2% de evangélicos, 8% “sem religião” (IBGE, 2012). Ainda de acordo com o IBGE, são os mais velhos que se mantêm católicos, já os mais jovens, com destaque para crianças e adolescentes, apresentam-se como evangélicos; portanto a questão geracional assume peso decisivo sobre a religiosidade: os mais velhos conservando suas práticas religiosas e os mais jovens as “inovando”.

No que se refere à religião dos pais desses estudantes, também se verificam dados fundamentais para a compreensão tanto das origens sociais, das práticas e das crenças dos discentes quanto do processo de transformação no campo religioso brasileiro, assinalado acima. As religiões dos pais estão classificadas em: maioria católica, com 40,7%, seguidos por evangélicos, com 29,3%, e por pais “sem religião”, com 19,1%. As demais religiões, como a espírita, outras religiões e candomblé/umbanda, representam, respectivamente, 2,9%, 1,1% e 0,7%. Quanto às afiliações religiosas das mães dos discentes: a maioria também é católica, com 40,8%, as evangélicas somam 39,3%, enquanto as mães “sem religião” correspondem à apenas 9,4% do universo e as praticantes do candomblé/umbanda atingem somente 0,9%. As

mães demonstram um aumento considerável, em comparação aos seus cônjuges e filhos na adesão ao espiritismo, alcançando 5,8% (reiterando a constatação do IBGE de que espíritas detêm maior escolaridade); e uma importante redução para aquelas “sem religião” (9,4% das mulheres contra 19,1% dos homens). Há 11,4% a mais de pais católicos em relação aos evangélicos, já entre as mães esse índice cai para apenas 1,5% a mais de católicas. Os pais evangélicos representam 10% a menos do que as mães e 6,4% abaixo dos filhos estudantes.

Observa-se, portanto, a partir da comparação geracional, entre pais e filhos discentes do Ensino Médio de Uberlândia, um decréscimo de 7,7 pontos percentuais de filhos católicos, índice praticamente empatado diante da mãe. Em contrapartida, há um acréscimo de apenas 2,2 pontos percentuais de filhos “sem religião” em comparação a seus pais, porém com destacável aumento de 11,9 pontos percentuais diante das mães. Por fim, quando cotejadas as duas gerações diante da religião evangélica avulta-se uma relação dual: entre os jovens, a prática dessa religião elevou-se em 6,4 pontos percentuais em contraste com os pais, mas declinou em 3,6 pontos percentuais diante das mães. Tais dados indicam haver, de um lado, mães e filhos mais susceptíveis às vertentes religiosas evangélicas e, de outro lado, mais pais e filhos dispostos à não filiação religiosa. Assim, percebe-se que as religiões têm marcas de gênero e de geração: o cristianismo evangélico parece pertencer mais ao gênero feminino e à categoria juvenil, enquanto o catolicismo conta com maior fidelidade religiosa dos mais velhos, já a não adesão religiosa se mostra como um fenômeno do gênero masculino paterno e juvenil. Ademais, os dados reiteram a assertiva de Novaes (2004) acerca da transformação da religiosidade na sociedade brasileira, marcada pelo aumento de jovens evangélicos e “sem religião” operado pelo decréscimo no número de católicos.

Representações estudantis sobre o ensino e dificuldades emocionais na esfera escolar

No eixo temático dos objetivos e representações sociais sobre a escola mobilizados pelos estudantes pesquisados, constata-se que a maioria concebe a instituição escolar enquanto meio de acesso ao Ensino Superior, mais precisamente 49,9% da amo-

tra. Aqueles que estimam a escola enquanto espaço de crescimento pessoal perfazem 25,6%. Os que indicam o sistema formal de ensino como mecanismo de acesso a postos de trabalho representam 12,3%. Apenas 4,1% apontam a utilidade da escolarização como instrumento de aperfeiçoamento no trabalho. Já aqueles que consideram os conteúdos escolares como preparação para concursos somam tão somente 3,6%. Percebe-se, assim, que, majoritariamente, os estudantes do Ensino Médio de Uberlândia avaliam a escola como espaço de ampliação de oportunidades de emprego, seja a curto prazo, pelo acesso ou aperfeiçoamento no trabalho relativamente imediato que o diploma de Ensino Médio faculta (20%), ou a longo prazo, por meio da preparação fornecida pela escola àqueles que desejam ingressar no Ensino Superior (49,9%), cuja soma atinge quase 3/4 da amostra. Por conseguinte, observa-se que tal representação social serve como mecanismo orientador central das práticas e comunicações desses sujeitos no interior do ambiente escolar. Frente à tensão da multiplicidade de papéis vivenciados por esses sujeitos, constituídos pelo ser estudante, jovem e trabalhador (61,7% responderam que trabalham), percebe-se que a formação da identidade desse grupo de jovens alunos fundamenta-se, majoritariamente, pela persecução ao mundo do trabalho. Constata-se, portanto, um fenômeno similar àquele assinalado por Pais (1990, p. 142), em que

A multiplicidade de relações de pertença e a circulação incessante por diversas situações – nomeadamente perante o trabalho (desemprego, inatividade, emprego, formação, aprendizagem, trabalho clandestino, intermitente, parcial, etc.) – constituem um dos traços específicos da juventude de hoje

Assim, nesse contexto socioeconômico marcado pela heterogeneidade identitária dos jovens e pelos seus problemas sociais decorrentes, a representação social compartilhada sobre a instituição escolar enquanto espaço de acesso otimizado ao mercado de trabalho compõe, em certa medida, um aspecto central da identidade e das ações dos sujeitos desse grupo. Quiçá, a própria escola possa ser vista por esses discentes como um dos caminhos para a conquista da independência financeira e de moradia diante da esfera familiar.

Por outro lado, constata-se que cerca de 1/4

dos jovens discentes investigados valorizam a escola pelo aprendizado substancial e não instrumental (25,6%), de modo a evidenciar que as representações sociais mobilizadas por essa população são dotadas de nuances e relacionam-se diretamente com a existência de subgrupos juvenis. Dessa feita, depreende-se aqui que: “Cada grupo social tem sua forma específica de representação de mundo. Isso significa que podem ser estabelecidas clivagens entre grupos sociais segundo suas representações” (ANDRADE, 1998, p. 144 *apud* SANTOS, 2002, p. 21). Considerando se tratar de uma sociedade marcada pela lógica mercadológica e pelo *quantum*, a quarta parte de jovens com uma visão qualitativa sobre a educação revela um importante cenário humanista, todavia, resta saber a que classe social esses últimos jovens pertencem.

Do cruzamento das variáveis renda familiar com os objetivos dos jovens em estudar, avultam-se alguns dados centrais para a compreensão aprofundada das implicações de suas origens sociais, bem como suas representações sociais acerca da instituição escolar. Apesar de, na média geral, a constatação acima ter se repetido ao cruzar objetivos em estudar com renda familiar, ou seja, acesso à universidade em primeiro lugar, crescimento próprio em segundo e galgar emprego imediato em terceiro lugar, esse comportamento apresentou importantes alterações ao se focar, separadamente, cada faixa salarial.

Para proceder tal comparação, embora o questionário estivesse dividido em cinco faixas de renda familiar, traremos apenas quatro delas, já que a penúltima faixa obteve poucos adeptos (6,9%), ela obteve menor índice inclusive diante daqueles que não souberam responder a questão da renda de sua família (22,6%). Opera-se aqui com as seguintes nomenclaturas salariais: faixa baixa, menos de um salário mínimo (12,9% da amostra), faixa intermediária um, entre um e dois salários mínimos (29%), faixa intermediária dois, entre dois e três salários mínimos (14,3%), e faixa alta, com quatro ou mais salários mínimos (11,7%). A faixa intermediária um lidera o primeiro lugar sempre nas três respostas mais frequentes dos discentes sobre os objetivos em se estudar no Ensino Médio: 14,1% para acesso à universidade, 8,3% para crescimento próprio e 5,5% para galgar um emprego (seja conseguindo um trabalho, aperfeiçoando-se no trabalho ou prestando concurso).

Todavia os demais grupos de renda apresentam inconstância de comportamento diante do segundo e terceiro lugar nas respostas: o segundo lugar para o “acesso à universidade” recai sobre a faixa intermediária dois, ficando em terceiro para a faixa alta e em último lugar para a faixa baixa. Retendo os dois grupos extremos: são aqueles que dispõem de maiores rendas familiares, com quatro ou mais salários mínimos, é que mais valorizam o acesso à universidade comparados aos que recebem menos de um salário mínimo, sendo 6,6% contra 5,8%; logo, dispor de recursos econômicos credita os estudantes em prosseguir seus estudos universitários, realidade minorada entre os mais pobres. Tem-se, portanto, que a representação social estudantil acerca da escola funcionar enquanto mecanismo de acesso ao Ensino Superior corresponde, majoritariamente, às faixas de renda intermediárias e superior, de modo a orientar as disposições desse subgrupo estudantil frente à instituição escolar.

No segundo sentido para se estudar no Ensino Médio, “crescimento próprio”, houve uma inversão desse comportamento: o segundo lugar recaiu sobre a faixa baixa (3,5%), seguido da faixa intermediária dois (3,3%) e da faixa alta (3,1%). Ou seja, os mais pobres valorizam mais os estudos do que os que dispõem de mais capital econômico, a despeito de saberem, por origem de classe, que tendem ao cerceamento no Ensino Superior. Por último, o terceiro sentido para se estudar, “galgar um emprego”, repete esse mesmo movimento ficando em segundo lugar entre os mais pobres e em último entre os mais garantidos economicamente (2,9%, 2,1% e 1,3%), reiterando, assim, a lógica da “classe trabalhadora” consciente de sua premência em entrar imediatamente no mercado de trabalho para sustentar a família. Logo, nota-se que a identidade e os valores orientadores dos estudantes inseridos na faixa de renda inferior giram, predominantemente, em torno da representação da escola enquanto espaço central de crescimento intelectual e pessoal, além de um instrumento de acesso imediato ao mercado de trabalho. Em consequência, pode-se constatar entre os jovens estudantes do Ensino Médio público de Uberlândia uma série de matizes e configurações identitárias que se constroem a partir da intersecção de rendas familiares comuns e representações sociais compartilhadas sobre a instituição escolar.

Sabendo que economia e emoções não são pares opostos, mas integram o indivíduo que vive em sociedade, vale passar pelo crivo das dificuldades emocionais enfrentadas no âmbito escolar. Os estudantes relataram a ansiedade como aquela que mais os afeta, com 34,8% das respostas; a dificuldade de dormir representando 19,1%, a timidez excessiva com 11,7% e a sensação de desatenção com 11,5%. Esses são os principais tormentos psicológicos que acometem a categoria estudantil pesquisada, acarretando obstáculos para frequentarem e realizarem plenamente suas atividades no ambiente escolar. Ademais, constatou-se que os maiores prejuízos sobre a vida escolar em decorrência desses problemas são: dificuldades de concentração com 32,3% das respostas; falta de motivação com 23,3% e baixo desempenho escolar com 15,2%, enquanto 13,3% não observaram nenhum prejuízo do gênero sobre o seu rendimento escolar. Esse último número mostra-se, portanto, bem reduzido quando comparado ao total daqueles que padecem de problemas emocionais, afetando-os negativamente em suas atividades escolares.

Atrelados a esses transtornos psicológicos há, em geral, uma gama de outros sofrimentos e vulnerabilidades, não diretamente tratados aqui, às quais esses jovens estão expostos, como: conflitos familiares, drogas, violência, abuso sexual, relações homoafetivas, fatores socioeconômicos, além do distanciamento sentido entre realidade cotidiana e escolar. Todos aspectos a serem considerados, uma vez que integram subjetivamente os jovens estudantes e os configuram enquanto “pessoas totais” dotadas de valores, percepções, sentimentos e capacidade cognitiva com os quais interagem diante da realidade ao seu redor.

A esses sofrimentos dos jovens estudantes alia-se um processo de construção identitária, uma questão central em sua formação subjetiva, que frente a uma série de novos conflitos e mudanças de ordem fisiológica, emocional e sobre seu papel enquanto sujeitos na sociedade, podem se desdobrar em comportamentos de caráter patológico (BORGES; WERLANG, 2006, p. 345-346). Destarte, nesse contexto, potencialmente convergente a inúmeras dificuldades emocionais entre os estudantes do Ensino Médio, faz-se necessário pensar a construção do espaço escolar enquanto esfera voltada também para a educação em saúde. Tanto pela constatação das profundas atribuições psíquicas relatadas pelos estudantes inves-

tigados, quanto pelas possibilidades de orientações efetivas, a escola pode ser concebida como um *locus* de educação total, facultando não apenas a formação cidadã, intelectual e profissional dos discentes, mas garantindo também debates qualificados e de escuta, bem como acesso à saúde (SANTIAGO *et al*, 2012, p. 1027).

De modo geral, portanto, a pesquisa quantitativa permitiu a construção de recorrências e padrões nas relações dos estudantes diante de uma série de variáveis: faixa etária, sexo, renda familiar, situação de moradia, auto identificação étnica, mercado de trabalho, escolaridade dos pais, religião, sentidos da escola e dificuldades emocionais enfrentadas no ambiente escolar.

A partir desses elementos, desenha-se uma base empírica para compreender a conjunção das origens sociais desses jovens estudantes, com suas práticas em ambientes não-escolares e suas representações sociais sobre a escola, para, a partir desse panorama, analisar as implicações de tais elementos sobre o campo educacional. Com efeito, importa repensar as formas com as quais o Ensino de Sociologia pode ser estruturado na cidade de Uberlândia, com vistas ao reconhecimento dos saberes e práticas prévios trazidos pelos estudantes para as instituições escolares.

Considerações Finais

A composição do corpo discente das escolas estaduais da cidade de Uberlândia pode ser categorizada como heterogênea em seus aspectos econômicos, étnicos, religiosos, laborais, contudo, alguns padrões e recorrência são apreendidos pelas origens sociais e práticas culturais dos estudantes dessas escolas, como nos mostram os dados quantitativos recolhidos.

Traçando um perfil geral desses estudantes a partir das variáveis levantadas, tratam-se, majoritariamente, de estudantes entre 15 e 18 anos de idade, com maior prevalência de mulheres. A maioria étnica autoidentifica-se à condição de parda, seguida por branca e negra. No quesito moradia, a maior parte habita com os pais e em residências próprias, porém também com um montante significativo de casas alugadas. A renda familiar dos jovens estudantes concentra-se nas faixas entre um e dois salários

mínimos. Já no mundo do trabalho, quase 40% dos jovens relataram ser estudante e trabalhador concomitantemente, havendo um predomínio dos homens nessa condição (22% contra 15,9% mulheres). Acerca da escolaridade dos pais e mães, prevalece o Ensino Médio completo, porém poucos dispõem do Ensino Superior, sendo as mães mais instruídas. As práticas religiosas dos estudantes e de seus responsáveis são mais representativas entre as religiões católica e evangélica, todavia com índices mais altos de estudantes evangélicos e pais católicos, e taxas expressivas de estudantes e responsáveis masculinos declarados “sem religião”.

Nos sentidos e objetivos escolares, as principais representações sociais dos estudantes fundamentam-se pelo acesso ao Ensino Superior, notadamente pelas faixas de renda mais altas, e, posteriormente, vinculam-se ao crescimento pessoal e à busca por melhores postos de trabalho pelas faixas de renda mais baixas. Logo, a procura pela inserção no mercado de trabalho, seja esta a curto ou a longo prazo, funciona como representação social comum a maior parte dos estudantes investigados. Avulta-se aqui a complexidade das representações sociais estudantis mobilizadas pelos diversos subgrupos desses jovens.

Finalmente, a articulação de variáveis sociais como essas, componentes da existência dos indivíduos, faculta certa visibilidade à condição abstrata da própria sociedade, inatingível em sua realidade. Dado que o objeto de estudo da Sociologia é a sociedade e que esta só existe em virtude dos sujeitos sociais, sendo os estudantes na instituição escolar aqueles a quem o ensino se destina, logo a quem se deve a existência da própria escola enquanto uma micro sociedade, cabe à prática de ensino sociológico incorporar tais sujeitos, suas falas e suas origens socioeconômicas, culturais e políticas, e com elas munir o conteúdo programático da disciplina Sociologia. Visa-se, assim, estabelecer, sentido real aos temas e conceitos trabalhados em sala de aula, ao cotejá-los com a vida e realidade dos jovens estudantes, sem alimentar desconexões ou mesmo abismos entre a fala dos docentes e a vivência dos discentes; situação esta ainda a ser superada no atual cenário educacional brasileiro.

A tônica da Sociologia enquanto área de conhecimento sobre fenômenos sociais no âmbito do ensino não se restringe à epistemologia colonial da transmissão de conhecimentos *ex situ*, mas prima

pelos saberes locais, pela escuta ativa e pelo diálogo qualificado, que demanda o conhecimento dos lugares de fala dos seus interlocutores alunos. Essa postura da Sociologia na esfera do Ensino na Educação Básica ao lado da sua missão de formar cidadãos conscientes e politizados na sociedade, certamente a potencializaria permitindo-lhe inclusive alçar um espaço de maior reconhecimento social e científico, deixando de ser um mero subcampo e erigindo um *locus* próprio na hierarquia dos saberes científicos e com significados legitimados pelo “capital simbólico” da própria sociedade, com cuja cultura estivesse alinhada, afirmando-se assim como uma Sociologia efetivamente nativa.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Lais Wendel. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* 327 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

ASSUMPÇÃO, Andreia. “A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade”. In: *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014, p. 5-46. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

BORGES, Vivian; WERLANG, Blanca Susana. “Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos”. In: *Estudos de Psicologia*, Natal, vol. 11, n. 3, dez. 2006, p. 345-351. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413=294-2006000300012x&script=sci_arttext. Acesso em: 03 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000300012>.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: EdUnesp, 2004.

CARVALHO, Izabella; HANDEFAS, Anita. “Ensino de Sociologia: a constituição de um subcampo de pesquisa”. In: *Em Tese*, Florianópolis, vol. 16, n. 1, jan./jun. 2019, p. 214-230. Disponível em: ht-

- tps://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p214/40133. Acesso em: 03 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2019v16n1p214>.
- CASTRO, Paula. “Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici”. In: *Análise Social*, vol. XXXVII, n. 164, 2002, p. 949-979. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218735660J7vJF3sv2Ck99QR5.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. “Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola”. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Org.). *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014. p. 101-133. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-completo_juventude-e-ensino-medio_2014.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.
- FERREIRA, Vanessa; OLIVEIRA, Amurabi. “O ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico”. In: *Acta Scientiarum*, Maringá, vol. 37, n. 1, jan./jun. 2015, p. 31-39. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSoSci/article/view/25623/pdf_41. Acesso em: 03 jul. 2020. DOI: 10.4025/actascihumansoc.v37i1.25623.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- _____. *Educação 2018*. PNAD contínua. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.
- _____. *Estatísticas de gênero. Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 33). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; GONÇALVES, Danyelle Nilin. “Escolas, culturas juvenis e sociabilidades: reflexões sobre adesões e resistências da juventude”. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin; MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo (Orgs.). *Rumos da Sociologia no Ensino Médio*. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p. 115-130.
- MARX, Karl. *O Capital Capítulo VI inédito: Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1978.
- MEAD, Margaret. *Sex and temperament in three primitive societies*. Abingdon: Routledge & Kegan Paul, 1935.
- MENDONÇA, Sueli. “Os processos de institucionalização da Sociologia no Ensino Médio (1996-2016)”. In: GONÇALVES, Danyelle; SILVA, Ileizi (Org.). *A Sociologia na Educação Básica*. São Paulo: Anablume, 2017, p. 57-75.
- NIEMEYER, Ana Maria de. “O silenciamento do ‘negro’ na auto identificação étnica: um estudo com adolescentes de duas escolas públicas paulistanas”. In: *Rua*, Campinas, vol. 8, n. 1, 2002, p. 43-72. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640733/8274>. Acesso em: 03 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/rua.v8i1.8640733>.
- NOVAES, Regina. “Os jovens ‘sem religião’: ventos secularizantes, ‘espírito de época’ e novos sincretismos. Notas preliminares”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 2004, vol. 18, n. 52, p. 321-330. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300020. Acesso em: 03 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300020>.
- OLIVEIRA, Amurabi. “Um balanço sobre o campo do ensino de Sociologia no Brasil”. In: *Em Tese*, vol. 12, n. 2, 2015, p. 6-16. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v-12n2p6/30819>. Acesso em: 03 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n2p6>.
- OLIVEIRA, Márcio. “Representações sociais e so-

ciudades: a contribuição de Serge Moscovici”. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004. p. 180-186. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014-&lng=en&nrm-iso. Acesso em: 08 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>.

OLIVEIRA, Tânia. “Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e imitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas”. In: *Administração Online*, São Paulo, vol. 2, n. 3, 2001, p. 1-15. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_nao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf. Acesso em: 03 jul. 2020.

PAIS, José Machado. “A construção sociológica da juventude: alguns contributos”. In: *Análise Social*, vol. XXV, n. 105-106, 1990, p. 139-165. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

RAMOS, Marília Patta. “Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais”. In: *Mediações*, Londrina, vol. 18, n. 1, jan./jul. 2013, p. 55-65. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16807>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n1p55>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SANTIAGO, Lindelvania; RODRIGUES, Malvina Thaís; JUNIOR, Aldivan; MOREIRA, Thereza Maria. “Implantação do Programa Saúde na escola em Fortaleza-CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família”. In: *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, vol. 65, n. 6, dez. 2012, p. 1026-1029. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672012000600020&script=sci_arttext. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000600020>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SANTOS, Mário Bispo dos. *A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. 191 f. Dissertação (Mestrado em So-

ciologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.